

# *ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS*

## *35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional*

*Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016*

**Tema Central:** Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores.

**SINDICATO  
ANDES  
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes  
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

**Gestão 2014/2016**

**Presidente:** Paulo Marcos Borges Rizzo

**Secretário-Geral:** Cláudia March Frota de Souza

**1º Tesoureiro:** Amauri Fragoso de Medeiros

**Diretora responsável por Imprensa e Divulgação:** Marinalva Silva Oliveira

<http://www.andes.org.br>

E-mail: [secretaria@andes.org.br](mailto:secretaria@andes.org.br)

## SUMÁRIO

<b>TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS</b>	
<b>Texto 42</b> - METODOLOGIA PARA A PESQUISA DO ANDES-SN SOBRE SAÚDE DOCENTE - <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR S.Sind. em 9/12/15 e apoiado pela Diretoria da SEDUFMS S.Sind.</i>	7
<b>Texto 43</b> - EDUCAÇÃO E TRABALHADORES EM LUTA - <i>Contribuição da ADUR-RJ S.Sind, definidas em assembleia realizada no Dia 17 de Dezembro de 2015</i>	9
<b>Texto 44</b> - RESISTIR À TERCEIRIZAÇÃO - <i>Contribuição da ADUR-RJ S.Sind. definidas em assembleia realizada no Dia 17 de Dezembro de 2015.</i>	9
<b>Texto 45</b> - DIABO PREGANDO QUARESMA - <i>Contribuição do professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.</i>	10
<b>Texto 46</b> - AJUSTE FISCAL E LUTA DE CLASSE - <i>Contribuição do professor Francisco Paulo Cipolla – Sindicalizado da APUFPR S.Sind.</i>	11
<b>Texto 47</b> - AVANÇAR NA ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, BARRAR O AJUSTE FISCAL E OS RETROCESSOS - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFU S.Sind.</i>	14
<b>Texto 48</b> - CUT – CENTRAL ÚNICA DA TRAIÇÃO - <i>Contribuição do professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.</i>	15
<b>Texto 49</b> - ENEGRECER A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E DEFENDÊ-LA DOS ATAQUES NEOLIBERAIS - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es: Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC).</i>	17
<b>TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES</b>	
<b>Texto 50</b> - LUTA CONJUNTA PELA APOSENTADORIA INTEGRAL PARA OS NOVOS SERVIDORES FEDERAIS - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFEPE S.Sind.</i>	21
<b>Texto 51</b> - FORTALECIMENTO DA LUTA PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS DOCENTES APOSENTADOS - <i>Contribuição da Diretoria da ADUFEPE S. Sind.</i>	22
<b>Texto 52</b> - AS ADS ESTADUAIS/MUNICIPAIS E O FUNDO ÚNICO - <i>Contribuição Assembleia Geral da ASDUERJ</i>	24
<b>Texto 53</b> - RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: A VISÃO ESTEREOTIPADA DO MEC - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFERPE S.Sind.</i>	25

<b>Texto 54</b> - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES: PELA AMPLIAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS AOS DOCENTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E AOS DOCENTES APOSENTADOS DE QUAISQUER DAS CARREIRAS DO MAGISTÉRIO FEDERAL - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADCEFET-RJ S.Sind.</i>	27
<b>Texto 55</b> - SALARIO NOMINAL E GREVE NAS IFES - <i>Contribuição do professor Francisco Paulo Cipolla – Sindicalizado da APUFPR S.Sind.</i>	30
<b>Texto 56</b> - BALANÇO E PERSPECTIVAS: AS TAREFAS QUE ESTÃO COLOCADAS APÓS O DESFECHO DA GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS - <i>Contribuição das/dos professoras/es: Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC), José Vitório Zago (Adunicamp)</i>	32
<b>Texto 57</b> - AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR: SUCATEAMENTO E RESISTENCIA DAS IEES DO CEARÁ - <i>Contribuição das(os) professoras(es) Zuleide Fernandes Queiroz (SINDURCA), Raquel Dias Araujo (SINDUECE), Francisco Augusto Nobre (SINDURCA), Emerson Duarte Monte (SINDUEPA).</i>	35
<b>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
<b>Texto 38</b> – ACRÉSCIMO AO TEXTO 38 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	40

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

## SUMÁRIO DOS TR

<b>TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS</b>	
<b>TR 42 - METODOLOGIA PARA A PESQUISA DO ANDES-SN SOBRE SAÚDE DOCENTE</b>	8
<b>TR 43 - EDUCAÇÃO E TRABALHADORES EM LUTA</b>	9
<b>TR 44 - RESISTIR À TERCEIRIZAÇÃO</b>	10
<b>TR 45 - DIABO PREGANDO QUARESMA</b>	11
<b>TR 47 - AVANÇAR NA ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, BARRAR O AJUSTE FISCAL E OS RETROCESSOS</b>	14
<b>TR 48 - CUT – CENTRAL ÚNICA DA TRAIÇÃO</b>	17
<b>TR 49 - ENEGRECER A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E DEFENDÊ-LA DOS ATAQUES NEOLIBERAIS</b>	19
<b>TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES</b>	
<b>TR 50 - LUTA CONJUNTA PELA APOSENTADORIA INTEGRAL PARA OS NOVOS SERVIDORES FEDERAIS</b>	22
<b>TR 51 - FORTALECIMENTO DA LUTA PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS DOCENTES APOSENTADOS</b>	23
<b>TR 52 - AS ADS ESTADUAIS/MUNICIPAIS E O FUNDO ÚNICO</b>	24
<b>TR 53 - RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: A VISÃO ESTEREOTIPADA DO MEC</b>	26
<b>TR 54 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES: PELA AMPLIAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS AOS DOCENTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E AOS DOCENTES APOSENTADOS DE QUAISQUER DAS CARREIRAS DO MAGISTÉRIO FEDERAL</b>	29
<b>TR 56 - BALANÇO E PERSPECTIVAS: AS TAREFAS QUE ESTÃO COLOCADAS APÓS O DESFECHO DA GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS</b>	35
<b>TR 57 - AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR: SUCATEAMENTO E RESISTENCIA DAS IEES DO CEARÁ</b>	38
<b>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</b>	
<b>TR 38 – ACRÉSCIMO AO TEXTO 38 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL</b>	40

## **TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS**

## **METODOLOGIA PARA A PESQUISA DO ANDES-SN SOBRE SAÚDE DOCENTE**

### **TEXTO DE APOIO**

A discussão sobre a precarização e a intensificação do trabalho docente tem sido aprofundada no ANDES-SN ao longo dos últimos anos, especialmente devido à expansão irresponsável do ensino superior público, que envolve aumento das atividades laborais associado à precariedade das condições de trabalho. Nesse aspecto, é representativa a visão produtivista empregada para a avaliação, especialmente na pós-graduação, que acaba transformando o local de trabalho em uma espécie de campo de guerra.

Para impor esse novo modelo – precarizado, degradado, sobrecarregado – diversas violências passaram a fazer parte dos processos de gestão, como por exemplo, o assédio moral. Esta realidade tem sido compartilhada entre os trabalhadores nas IES, em especial nas reuniões do GTSSA nacional e nos Encontros Nacionais sobre Saúde do Trabalhador do ANDES-SN, com muitos relatos de adoecimento docente relacionados ao trabalho. Ao mesmo tempo, nas experiências ocorridas em praticamente todas as instituições, constata-se o descaso das administrações locais em relação ao adoecimento docente, a falta de notificação e de estabelecimento denexo causal das doenças com o trabalho, bem como situações de abandono de casos graves e, até mesmo, de suicídios. Assim, verifica-se a escassez de dados e informações sobre o tema.

Em vista disso, a partir da realidade constatada, surgiu a proposta da realização de uma pesquisa sobre a saúde docente nas IES, com a finalidade de conhecer a realidade a respeito do assunto, com dados concretos, a partir dos quais se pudesse trabalhar no aprofundamento da discussão para a conscientização dos professores e também para possíveis intervenções do sindicato de forma coletiva, utilizando-se, entre outras estratégias, a denúncia e a cobrança de ações na defesa da saúde dos professores.

Nesse sentido, foi elaborado coletivamente, no GTSSA nacional, um Instrumento de Avaliação sobre a Saúde Docente, a ser aplicado na forma de entrevista e com garantia de sigilo, com questões sobre o perfil dos docentes, sua situação no trabalho, as condições de seus ambientes de trabalho, sua saúde e o tipo de atendimento oferecido por sua instituição (Circular nº 212/2013-ANDES-SN).

O Instrumento foi enviado inicialmente a algumas seções sindicais que se propuseram a aplicá-lo como pesquisa piloto, para posterior avaliação sobre sua utilização em maior número de IES. Entre estas seções sindicais, apenas duas levaram adiante esse encaminhamento: a APUFPR e a SEDUFMS. Cada uma delas fez a aplicação da sua forma, usando metodologias e instrumentos diferentes, sendo que o instrumento empregado pela APUFPR foi revisto e ampliado em relação ao nacional. No 34º Congresso Nacional de ANDES-SN, em fevereiro de 2015, aprovou-se a realização da pesquisa sobre saúde docente em todas as suas seções sindicais, precedida de duas Oficinas Inter-Regionais da Pesquisa sobre Saúde e Adoecimento Docente do ANDES-SN. Em novembro de 2015, realizou-se uma dessas oficinas na APUFPR, em Curitiba. Na discussão, foi concluído de que é fundamental padronizar um instrumento de coleta de dados que tenha um núcleo comum padrão, que pode ser expandido a critério da seção sindical, além de uma metodologia comum de aplicação e análise. Ao final, houve consenso de que esta discussão

deveria ser feita no conjunto do sindicato e que, nesse sentido, seria adequado o envio de propostas ao 35º Congresso do ANDES-SN.

O texto resolução proposto a seguir tem como objetivo estabelecer as linhas gerais para a metodologia de trabalho a ser adotada pelas seções sindicais

## **TR - 42**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

**1.** Construir uma cartilha de orientação para as seções sindicais para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, da qual constem: a) Instrumento de Avaliação mínimo padronizado e construído nacionalmente, com as adaptações acordadas na Oficina Interregional II do ANDES-SN sobre Saúde e Adoecimento (Curitiba, novembro/2015); b) Orientações sobre a metodologia a ser seguida na realização da Pesquisa.

**2.** Recomendação: Que, para a elaboração da Cartilha de Orientação para a realização da Pesquisa sobre Saúde Docente, sejam observados os seguintes passos:

a) Elaboração de um projeto contendo: escopo da pesquisa, objetivos gerais e específicos, hipóteses, levantamento bibliográfico, casuística e método de coleta de dados.

b) Construção de amostra estratificada, com 15% do total de docentes ativos e substitutos, tendo por base os seguintes critérios: sexo, carreira, regime de trabalho, setor de lotação e titulação.

c) Garantia, por sorteio, da aleatoriedade da amostra.

d) Envio de carta-convite para cada docente, antes da realização do sorteio, colocando a possibilidade de recusa em participar da pesquisa, e indicando endereço eletrônico para a resposta.

e) Garantia de que a aplicação do Instrumento de Avaliação seja por entrevista pessoal com o sorteado, no cumprimento de um dos objetivos da pesquisa, que é estimular os docentes a falar sobre o tema.

f) Organização prévia de um grupo de aplicadores e coordenadores da pesquisa para: preparo teórico (estudos de textos-base), conhecimento do histórico da pesquisa, apropriação dos instrumentos e cuidados na aplicação, formas de abordagem dos entrevistados, treinamento para entrada de dados no sistema eletrônico.

g) Garantia de que a equipe de aplicadores seja composta de docentes militantes da Seção Sindical e de estudantes com interesse no campo da Saúde do Trabalhador.

h) Caso se considere a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da instituição, observação de pontos em geral solicitados, como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Confidencialidade (dos aplicadores), Declaração de publicização dos resultados, Declaração de Uso Específico do Material e/ou Dados Coletados, Análise de Mérito (por docente pesquisador) e Declaração da Concordância da Seção Sindical de Parceria na Pesquisa.

i) Implementação de processo de informação da base docente, previamente à aplicação, explicando os motivos da pesquisa e a forma da aplicação.

j) Em caso de algum docente sorteado se recusar ou não poder participar da pesquisa, realização de novo sorteio, respeitando-se a estratificação.

k) Digitação do material coletado em uma base de dados para posterior análise. O uso da plataforma EPI INFO é adequado devido a sua gratuidade e ao fato de a base de dados por ela gerada poder ser utilizada por diversas ferramentas computacionais.

l) Divulgação ampla dos resultados da pesquisa, suscitando o debate e o enfrentamento coletivo de situações de adoecimento docente.



OBS: Para a realização da pesquisa, é fundamental que a seção sindical disponha de um conjunto de dados de todos os docentes (nome, sexo, lotação, carreira, titulação, ao mínimo), que será utilizado para a estratificação da amostra e para contato com os docentes sorteados. No caso das IFES, estas informações estão disponibilizadas no Portal da Transparência nos Recursos Públicos Federais ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)). Nas demais universidades públicas, estas informações deveriam, por força de lei, estar disponíveis; caso não estejam, deve-se considerar o ajuizamento de ação de “habeas data”.

### **TEXTO 43**

*Contribuição da ADUR-RJ S.Sind definidas em assembleia realizada no Dia 17 de Dezembro de 2015*

## **EDUCAÇÃO E TRABALHADORES EM LUTA**

### **TEXTO DE APOIO**

A política de ajuste fiscal do PMDB-PT-PSDB, bem como os demais ataques do modelo desenvolvimentista (no nível ambiental, político, econômico) exigem como resposta uma ação unitária dos trabalhadores do campo e da cidade. Nesse sentido, somente uma greve geral construída pelas bases e não pela unidade artificial de direções pode ser vitoriosa. Isso implica em romper com o reboquismo em relação às forças governistas do movimento sindical e popular, e apelar para as bases em luta.

### **TR - 43**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Adotar como principal eixo de sua política a construção de uma Greve Unificada da Educação, compreendida como instrumento de construção de uma Greve Geral dos Trabalhadores. Essa política deve ser levada aos fóruns da CONLUTAS.
2. O método de construção deve ser a realização de Comitês de Mobilização de Base, embriões dos Comitês de Greve, aliada à construção de paralisações locais que coloquem em evidência a precariedade das condições de trabalho.

### **TEXTO 44**

*Contribuição da ADUR-RJ S.Sind definidas em assembleia realizada no Dia 17 de Dezembro de 2015.*

## **RESISTIR À TERCEIRIZAÇÃO**

### **TEXTO DE APOIO**

O avanço da política de terceirização será um dos principais focos da ofensiva contra os serviços públicos. A lei de OS, o PL 4330 e outras iniciativas visam aprofundar a superexploração dos trabalhadores e a educação está na linha de frente de tais ataques. Por isso é fundamental ter uma linha de ação e resistência clara que possa unificar as categorias e colocar uma pauta construtiva de ação.

## TR - 44

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar jornadas de luta contra a terceirização na educação, pelo menos uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre de 2016, convocando estudantes, professores, técnico-administrativos e terceirizados de todas as redes;
2. Construir a partir das seções do ANDES Plenárias Unificadas de Base (estudantes, professores, técnico-administrativos e terceirizados) de luta contra a terceirização e a precarização da educação.
3. Exigir que as reitorias se manifestem formalmente sobre a questão das terceirizações.

### TEXTOS 45

*Contribuição do professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S. Sind.*

## DIABO PREGANDO QUARESMA

### TEXTO DE APOIO

Todo filiado ao Andes tem o direito de participar de seu congresso e nele devidamente credenciado defender qualquer posição e fazer qualquer crítica ao ANDES. Mas isso deve ser de maneira clara e franca. Ou seja, o sindicalizado deve respeitar seu sindicato, sua crítica por mais violenta que seja, ter como objetivo fortalecer e enriquecer seu sindicato. Outra coisa é agir como agente de outro sindicato ou central, chapa branca com o qual se afilia, abertamente ou enrustido, como o PROIFES e a CUT, com a finalidade de destruir o ANDES pela cizânia. É o que sinto em alguns textos do Caderno Por exemplo, afirmar que pelo fato do Presidente do ANDES declarar em termos gerais, que em épocas de crise e recessão a classe operária perde a força para fazer greves, uma verdade consensualizada em ciência política, é um indicativo de que o ANDES deixou de ser vanguarda e prega a paralisia sindical e tentar induzir que os seus desafetos, PROIFES e CUT por se oporem ao ANDES é que seriam a vanguarda é uma total inversão de valores. O ANDES deflagrou e dirigiu uma greve histórica das IFES, arrostando todos os maus presságios das cassandras de plantão, seja da CUT, do PROIFES ou da mídia a serviço do governo, enquanto a CUT e o PROIFES se empenharam para impedir a deflagração da greve usando até plebiscitos não representativos, e depois de derrotados continuaram no seu trabalho de sapa até conseguirem que a greve terminasse prematuramente. E essa não foi a única greve de serventuários que a CUT sabotou ou tentou sabotar, provocando até rachas dentro dela própria. Uma coisa é você ser contra a greve, mas outra é você ser contra a greve ou ser sindicalista chapa-branca e querer passar por vanguarda. É o que se chama de **DIABO PREGANDO QUARESMA**. O seu método é o do PESCADOR DE ÁGUAS TURVAS, enlameia a água para capturar caranguejos incautos.

Afirmar que o movimento de 20/8 é um movimento de vanguarda, é no mínimo um exagero. Dar um cheque em branco a um governo que está fazendo reformas neoliberais, não pode ser vanguarda, pode ser no máximo um movimento de centro – democrático.

O erro do ANDES não é se recusar participar desse tipo de movimentos, é não ter uma alternativa contra essa inócua polarização, impeachment/não impeachment. O ANDES deveria lançar imediatamente as bases de um forte movimento contra o Plano Real. Dilma Rousseff teria duas opções, ou se redimir ou ser atropelada pelo movimento.

Assim esses militantes cooptados pelo PROIFES, enrustidos ou declarados, recebem de volta como um bumerangue a frase de seu guru João Felício, ex-presidente da CUT. Vide:

<https://osaciperere.wordpress.com/a-origem-do-proifes-cut/>

Nele João Felício diz claramente, sem nenhum pudor, sem nenhuma legitimidade e sem nenhuma representatividade para tal; “VOCÊS SAIRAM DA CUT, O QUE QUEREM AQUI?”

O Congresso do ANDES tem toda a representatividade e legitimidade para dizer: “VOCÊS SÃO DO PROIFES, O QUE QUEREM AQUI?”

## **TR - 45**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Uma moção de repúdio a sindicalistas antiéticos que se assumem falsamente como vanguardas para disseminar justamente o sindicalismo chapa-branca.
2. Que o ANDES-SN deve lançar imediatamente as bases de um forte movimento contra o PLANO REAL em todo o território nacional.
3. Dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN para a categoria, às entidades sindicais, às acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e na mídia.
4. Que as Seções Sindicais promovam debates, utilizando o Caderno 26 do ANDES-SN como referência, sobre os documentos Pátria Educadora, PEC 395/14 e do PL 4362/12.
5. Reafirmar posição contrária à aprovação do PL 518/2009 que transfere a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.
6. Lutar contra a aprovação da PEC 10/2014.
- 6.1 Realizar reunião conjunta entre GTPE e GTSSA para discutir o teor da PEC 10/2014 que propõe a criação do Sistema Único.

### **TEXTO 46**

*Contribuição do professor Francisco Paulo Cipolla – Sindicalizado da APUFPR S.Sind*

## **AJUSTE FISCAL E LUTA DE CLASSE**

### **TEXTO DE APOIO**

A sociedade capitalista é formada por duas classes sociais fundamentais: os capitalistas, ou seja, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Estes últimos são vendedores da única mercadoria de que dispõem: a sua *capacidade de trabalho*. Essa capacidade de trabalho é repostada diariamente através do consumo de bens e serviços.

Uma parte dos meios de consumo necessários à subsistência dos trabalhadores é adquirida através do salário que recebem diretamente dos capitalistas, parte que podemos chamar de *salário direto*; a outra parte, como por exemplo, os serviços de saúde e atendimento médico, os serviços de educação, as estruturas de entretenimento, estes são fornecidos pelo Estado. Chamaremos a essa porção do consumo dos trabalhadores de *salário social* porque provida pela entidade pública, o governo. Assim podemos dizer que o salário dos trabalhadores é composto de duas partes: o salário direto e o salário social. Chamamos essa quantia total de *valor da força de trabalho* na medida em que é a quantia capaz de reproduzir a capacidade de trabalho em condições normais de força e vitalidade. Uma vez que a jornada de trabalho permite ao trabalhador produzir uma massa de valor maior do que ele custa em salário, chamamos essa diferença entre valor produzido e valor da força de trabalho de *mais valia* que denotaremos pela letra *m*.

Essa mais valia ou excedente econômico se divide em duas partes: tributos e lucro empresarial depois de pagos os tributos. A parte da mais valia tributada pelo estado é utilizada para financiar os gastos públicos relativos ao salário social. Isso significa dizer que, numa primeira abordagem, consideramos que os gastos do Estado com o salário social são financiados inteiramente pela mais valia.

Se supusermos que os capitalistas transformam o lucro que lhes resta após o pagamento dos impostos em capital adicional então podemos representar a taxa de crescimento dessa economia como

$$g = \frac{m - T}{K}$$

onde  $g$  é a taxa de acumulação da economia;  $m$  é a mais valia;  $T$  são os impostos sobre os lucros e  $K$  é o estoque de capital.

A mais valia total extorquida dos trabalhadores menos os impostos seria a quantia dedicada ao aumento do capital. Essa quantia dividida pelo capital do início do período, o nosso  $K$ , nos dá a taxa de crescimento da economia.

Quando ocorrem as crises a taxa de crescimento da economia se reduz. O recuo da atividade econômica reduz a mais valia produzida e conseqüentemente os impostos pagos a partir dessa mais valia. Como o salário social se mantém constante, uma vez que os indivíduos continuam necessitando dos hospitais, das escolas, dos parques... surge, então, uma diferença entre os gastos e as receitas que se contraíam: o famoso déficit fiscal.

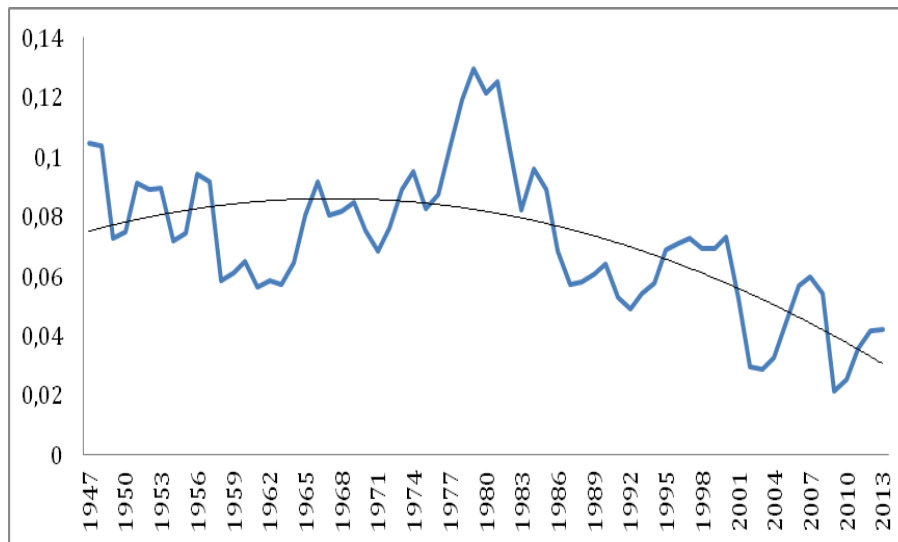
O governo não pode simplesmente aumentar os impostos, pois isso reduziria ainda mais o lucro empresarial, isto é, os lucros depois de pagos os impostos, fato que uniria rapidamente toda a classe capitalista contra o governo. Sem dizer que um aumento de  $T$  causaria uma ulterior redução na taxa de crescimento,  $g$ , descrita acima. A redução do crescimento aumentaria ainda mais o déficit ao invés de reduzi-lo.

De fato, a classe capitalista se une para que o Estado reduza  $G_s$ , os gastos do governo com os serviços públicos que suprem o salário social. A redução dos gastos sociais, ao reduzir a parcela do salário que compõe o valor da força de trabalho faz com que o conjunto de bens e serviços acessíveis à classe assalariada caia abaixo da quantidade necessária para a reprodução de sua capacidade normal de trabalho. O ajuste fiscal significa, portanto, um ataque às condições de existência da classe trabalhadora.

Se admitirmos que a taxa de crescimento está sujeita a uma redução contínua durante a fase de maturidade do capitalismo, como se pode ver pela figura 1 abaixo, então, devemos admitir também que a pressão sobre a esfera da oferta de serviços públicos será igualmente contínua. A situação atual nos coloca diante de um dilema: luta defensiva contínua ou superação da sociabilidade mercantil baseada na busca do lucro.

Figura 1. *Corporações Não-Financeiras. Taxa de acumulação de capital*

1945-2013



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*

Suponhamos agora que a diferença  $T - G_s$ , isto é, a diferença entre os impostos arrecadados e os gastos sociais, seja financiada pela emissão de dívida pública. Temos então que o montante de aumento da dívida pública é igual à diferença  $T - G_s$ . Isso significa que a cada déficit se soma uma dívida pública de igual valor. A dívida vai se acumulando.

Agora aos gastos sociais se somam os juros sobre a dívida pública que denominaremos de  $G_j$ . Os gastos totais agora são a soma dos gastos sociais  $G_s$  e os gastos com juros,  $G_j$ :

$$G = G_s + G_j$$

Isso significa que para que os déficits não impliquem em um aumento contínuo da dívida é preciso fazer com que

$$T - G_s = G_j$$

Quando ainda não havíamos incluído a dívida, o corte de gastos deveria fazer  $T - G_s = 0$ . Agora tem que fazer com que  $T - G_s = G_j$ . Como  $G_j$  é sempre positivo os cortes devem ser maiores do que os cortes anteriores. Isso quer dizer que o gasto social com o salário indireto dos trabalhadores tem que se adaptar à diferença entre  $T - G_s$ , isto é, ao montante restante depois de pagos os juros sobre a dívida pública, caso contrário os déficits aumentariam e a classe capitalista, detentora da dívida pública, passaria a exigir taxas de juros mais altas para a compra de títulos públicos. Essa é a lógica por trás das políticas de austeridade.

Continua sendo verdade que "o crédito público se baseia na confiança de que o Estado se deixará explorar pelos lobos das finanças". É também verdade que a luta dos professores contra os cortes na educação é parte de uma luta mais ampla contra a dilapidação dos serviços públicos, em relação à qual os trabalhadores são os mais prejudicados.

## **TEXTO 47**

*Contribuição da Assembleia Geral da ADUFU S.Sind*

# **AVANÇAR NA ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES, BARRAR O AJUSTE FISCAL E OS RETROCESSOS**

## **TEXTO DE APOIO**

O ano de 2015 foi marcado por vários retrocessos para os/as trabalhadores/as. A pauta conservadora ganhou espaço no executivo, legislativo e judiciário. É preciso que o ANDES-SN se articule com outros movimentos sociais e populares, com frentes de esquerda como a Frente Povo Sem Medo, para barrar os retrocessos nos direitos sociais e humanos. Essa medida é fundamental para reverter os cortes de orçamento para as políticas públicas, barrar o ajuste fiscal, construir uma comunicação democrática e garantir conquistas da Constituição Federal de 1988. Importante também barrar o golpismo presente no pedido de impeachment aceito por Eduardo Cunha. Nossa oposição deve ser às políticas equivocadas do governo Dilma Rousseff mas a saída não é a sua substituição por Temer, Cunha, Renan ou Aécio. Compreendemos que o ANDES-SN deve se posicionar em defesa do processo democrático, das eleições e contra o golpismo. O ANDES-SN sempre foi exemplo para outras entidades sindicais pelo respeito e prática radical da democracia em suas instâncias decisórias, muito além da retórica institucional. Não se pode perder, nesse momento histórico, a oportunidade de mais uma vez dar o exemplo, de que mesmo no enfrentamento ao governo como um rival na luta pelos direitos dos(as) docentes, há sempre que se respeitar a democracia e a soberania do voto. Não caímos na tentação de abater esse rival a qualquer custo, principalmente, quando o custo é o ataque à democracia e o fortalecimento das oligarquias que sempre usurparam os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as). É justamente uma posição dialética, ponderada e exemplar que se espera de nosso Sindicato, que sempre foi vanguarda na defesa da democracia.

## **TR - 47**

O 35º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN integre a Frente Povo sem Medo, como forma de construção da unidade dos/as trabalhadores, nas lutas por seus direitos;
2. Que o ANDES-SN manifeste posição contrária a esse processo de impeachment.

## TEXTO 48

Contribuição do professor Francisco José Duarte de Santana – Sindicalizado da APUB S.Sind.

### CUT – CENTRAL ÚNICA DA TRAIÇÃO

#### TEXTO DE APOIO

Segundo o jornal ANOVA DEMOCRACIA:

O último congresso nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) realizado de 4 a 7 de junho/2003, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, encerra um ciclo de traição do sindicalismo amarelo no país e marca a sua atuação como principal sustentáculo e fornecedora de quadros do governo Lula-FMI.

Desde seu nascimento, a CUT tem o selo do oportunismo eleitoral. Na busca de criar uma identidade através da qual pudesse desenvolver seus ideólogos, já articulados no projeto Partido dos Trabalhadores (PT), adotaram um discurso ultra-radical, antipeleguista e antigetulista, no qual as greves de São Bernardo do Campo entravam como a inauguração de um sindicalismo "novinho em folha". Pouco a pouco, passo a passo, esse discurso e sua prática foram transitando do radicalismo liberal para a colaboração de classes como doutrina.

....

<http://www.anovademocracia.com.br/no-11/1109-8o-congresso-nacional-da-cut-o-fim-de-um-ciclo-de-traicao-do-sindicalismo-amarelo>

Mais denúncias de ANOVA DEMOCRACIA:

<http://www.anovademocracia.com.br/no-17/884-reforma-sindical-tem-o-selo-da-cut>

Durante jantar com jornalistas em Brasília, dia 11 de fevereiro, na casa da colunista do jornal O Globo, Tereza Cruvinel, o "senhor" Luiz Inácio disse que enviará ao Congresso, em 2004, as reformas sindical e judiciária. "A reforma trabalhista só em 2005, porque este é um ano atípico", disse Luiz Inácio, denotando preocupação com as próximas eleições municipais.

Os jornalistas revelaram que, após vários goles de vinho, Luiz Inácio defendeu a "reforma trabalhista" e, apesar de rejeitar a palavra "flexibilização", disse que poderia ser revisto o mecanismo do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que prevê multa de 40% nas demissões e confirmado o parcelamento do 13º salário. Afirmou que a única coisa inegociável são as férias de 30 dias, mas afirmou que se sentia angustiado após o 10º dia de folga.

<http://www.anovademocracia.com.br/no-152/5965-romper-com-a-camisa-de-forca-da-cut-e-preparar-a-greve-geral>

Será verdade o veredicto de ANOVA DEMOCRACIA?

Façamos uma retrospectiva histórica:

- A TARDE - 19/3/95 - Lula e Mercadante virão participar do Seminário -

*"As mudanças previstas nas relações Trabalhistas que serão implementadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso vão ser debatidas em Salvador pelo economista e ex-candidato a vice-presidente pelo PT Aloisio Mercadante, Almir Pazzianoto, ministro do TST, LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, presidente do PT, José Pastore,...., Vicente de Paulo Silva (Vicentinho),...., Yeda Crusius, ..... O seminário será aberto .....(por) José Pastore.... e uma palestra de encerramento ....., por Luís Inácio Lula da Silva."*

Entretanto o PSTU e a CUT divulgaram cartazes condenando como traidores os deputados que pretendiam votar a favor desse projeto feito com a contribuição da CUT e do PT. Os autores também não seriam traidores?

- Folha de S. Paulo - 9/8/93 - ACORDO FIESP/CUT COMEÇA A SEPULTAR CLT - CLOVIS ROSSI.

*"" A Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo (FIESP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que pareciam até há pouco inimigas inconciliáveis, assinaram documento conjunto sobre "Modernização das Relações Capital/Trabalho" que representa na prática, o começo do fim da Consolidação da Leis do Trabalho. O documento, discutido no âmbito do Fórum Capital-Trabalho da Universidade de São Paulo, criado em dezembro de 1991, leva ainda a assinatura de duas outras entidades empresariais (Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE e Federação do Comércio do Estado de S. Paulo) e da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT). O essencial do documento é afastar "a excessiva intromissão do Estado nas relações trabalhistas, sem o que não será possível estabelecer relações mais autônomas". A intromissão do Estado é uma herança do varguismo, que por sua vez, ...copiou ...da Carta del Lavoro... "".*

- Entrevista de Lula na ISTOÉ - 20/4/1983 - pg. 45:

*" Também é necessário que os sindicatos se libertem do Estado, do qual são totalmente dependentes. A estrutura sindical foi criada por Vargas com tal "perfeição" que hoje, passados quarenta anos, um artigo sequer da CLT foi modificado. Essa "perfeição" só atende os interesses dos patrões, dos Estados e dos pelegos..."*

- John D. French - Afogados em leis - Ed. Perseu Abramo - 2001 - pg 71 - Conclusão: *"" A CLT é o AI-5 da classe trabalhadora" - "Luís Inácio Lula da Silva, numa citação em que compara a CLT ao Ato Institucional número 5 promulgado pelo regime militar... ""*

*- Resoluções de Encontros e Congressos - 1979-1998 - PARTIDO DOS TRABALHADORES, pg. 155, 3º Encontro-1984: " O governo do Partido dos Trabalhadores deverá..... O governo também lutará pela revogação expressa das leis cerceadoras dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como a Lei de greve, a LSN, de Imprensa, a CLT,...". Que absurdo, comparar a CLT com a LSN..*

*Resoluções de Encontros e Congressos - 1979-1998 - PARTIDO DOS TRABALHADORES, pg. 120, 2º Encontro-1982: " Têm que ser revogadas, imediatamente, a Lei de Greve,...., a Lei de Segurança Nacional, a CLT,....". Novamente comparando a CLT com a LSN..*

- Vito Giannotti e Sebastião Neto, autores do seu livretinho CUT - Por Dentro e Por fora, no capítulo dedicado ao encontro de Monlevade, 1980, com Lula, Jacó Bittar, João Paulo Vasconcelos e outros: *"A proposta global desse encontro se resume em duas afirmações saídas na síntese do documento final dos trabalhos. Uma delas é: ""Incentivar a articulação entre as lutas do movimento sindical e as lutas do movimento popular...." " .... A outra é uma negação de todo o sindicalismo herdado das décadas anteriores e a necessidade de criar um novo modelo sindical: "" Fim da CLT e elaboração de um Código de Trabalho que preveja: liberdade e autonomia sindicais, de acordo com a convenção 87 da OIT"."*

-O Boletim Nacional da CUT de mar/abr de 1988 é a melhor descrição e síntese da estratégia sindical da CUT e do PT para destruir a CLT que, segundo um dos autores dos artigos, vem desde 1977, no mínimo. Um trecho desse artigo:

*""A CUT entende por negociação livre aquela em que o resultado depende exclusivamente da correlação de força das partes. Se os trabalhadores têm força para impor um conjunto de reivindicações aos empresários, ótimo. Se não tiverem força, não se admite a intervenção estatal para suprir tal ausência. Se não desejamos a interferência estatal para constituir e organizar sindicatos e regular o direito de greve, requisitar a força do Estado para suprir a desorganização momentânea dos trabalhadores é, no mínimo, incoerente. ""*

Em resumo: as categorias fracas que se explodam. Só que diante da força do grande capital, não existem categorias fortes. A AFL-CIO que o diga. Não existem sindicatos de bancários nos EUA e muitos poucos de comerciários.

Se fôssemos citar as traições mais recentes, como a reforma previdenciária de Lula feita estuprando a constituição, a aliança Vicentinho – Stephanes, que desenterrou a reforma da previdência de FHC que já estava arquivada, a participação de sindicatos cutistas na defesa das privatizações de FHC, etc, etc, preencheríamos dezenas de páginas.



## CONCLUSÃO:

O veredicto de ANOVA DEMOCRACIA é correto. Tanto as perdas seguidas de direitos trabalhistas da CLT e dos servidores públicos, assim como a transformação de sindicatos de vanguarda em sindicatos chapa-branca são frutos cujas sementes foram plantadas durante 35 anos pela CUT em parceria com a FIESP. Foi uma ilusão que agora se desfaz dolorosamente. Foram dois lindos pássaros voando que o trabalhador trocou por outro que estava seguro em suas mãos. As condições de mobilização popular da época foram desperdiçadas, pois se poderia ter avançado para um sindicalismo realmente autêntico e fiel a classe trabalhadora.

## TR - 48

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O ANDES deverá encetar uma campanha denunciando como uma grande mistificação que infelizmente conseguiu enganar gerações de sindicalistas combativos e uma inteira geração de esquerda, a CUT -CENTRAL ÚNICA DA TRAIÇÃO.
2. Que o ANDES faça um estudo profundo dos erros que levaram a essa mistificação para lançar uma linha sindical correta e não ficar apenas no denunciamento.

### TEXTO 49

*Contribuição da(o)s professor(a)s: Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC).*

## ENEGRECER A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E DEFENDÊ-LA DOS ATAQUES NEOLIBERAIS

### TEXTO DE APOIO

O Censo do IBGE (2010) registrou, pela primeira vez, um percentual superior de negros na população brasileira. Este resultado foi muito comemorado por amplas vertentes do movimento negro. No entanto, é sabido quão difícil é mensurar a população quando se refere a critérios étnico-raciais e que, mesmo o percentual de aproximadamente 51% de negros no país, é uma representação subestimada do tamanho da população negra brasileira. Afinal, a identificação como negro é um processo eivado de contradições e, comumente, se compreende a negritude apenas pelo tom da cor da pele, desconsiderando uma série de elementos, tais como o pertencimento cultural e a ancestralidade. A definição de cor ou raça *parda* é expressão de um discurso de miscigenação que, ao invés de combater o racismo, tentou demonstrar que em nosso país, a miscigenação era o resultado do predomínio da democracia entre as raças, e não do racismo.

No Brasil, cuja formação social é marcada por mais de três séculos de escravidão, houve uma profusão de teorias que, ao fim e ao cabo, visavam justificar a escravidão dos negros. Ora apoiada na religião cristã, ora apoiada nas teorias jurídicas e antropológicas, ora mesclando todas elas, essas teorias estavam a serviço das classes que exerciam o mando direto sobre a vida dos negros escravizados.

A partir dos anos de 1930, a explicação dominante acerca do racismo que perseverara no Brasil após a escravidão negra começou a ser forjada sob a ideia de que existia no país uma *democracia racial*. O antropólogo Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande e Senzala*, deu os fundamentos teóricos a essa ideologia ao desenvolver uma narrativa que tratava a violência

classista, machista e racista da formação social brasileira através de noções de consenso e de negociação entre oprimidos e opressores.

Quando nós professores lutamos por uma Educação pública de qualidade, por melhores salários, melhores condições de trabalho e nos defrontamos com a indiferença da presidenta, com o deboche de seus ministros, e com a truculência das polícias, avançamos na compreensão da natureza antidemocrática de nossa sociedade. A democracia se revela diante de nós como uma ilusão, apenas um *mito*.

A *democracia racial* é, também, uma ilusão. Por isso, chamamos a ideologia que oculta o racismo no Brasil de *mito da democracia racial*.

Os jovens negros experimentam o racismo entranhado nesta sociedade através da mídia, do senso comum, dos livros didáticos, da escola e claro, das universidades. A polarização social surgida a partir de Junho de 2013 significou, também, uma crescente polarização racial, com um aumento da consciência racial visível, por exemplo, na profusão de jovens com cabelos *black powers* e de debates sobre o tema racial nas mídias e redes sociais. Por outro lado, significa também o aumento do racismo e da violência racista. Segundo dados do Mapa da Violência, houve um drástico aumento no número de homicídios de negros no Brasil, ao passo em que houve uma queda no número de homicídios de brancos: entre 2002 e 2010 as taxas de homicídios de brancos caíram de 20,6 para 15,5 homicídios – queda de 24,8% – enquanto a de negros cresceu de 34,1 para 36,0 – aumento de 5,6%. No que se refere às mulheres, a cor e a raça também são vitais: as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas de homicídio das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil.

Infelizmente, a traição do PT também impôs duras derrotas para os negros no país. E assim como fez com o movimento sindical e diferentes movimentos sociais, a chegada do PT ao poder significou a capitulação de amplas parcelas do movimento negro, incorporando lideranças em gabinetes e cargos comissionados e contendo as lutas dos negros através de pequenas concessões ou desarticulações burocráticas.

Sabemos bem que a propalada expansão universitária no Brasil ocorreu sob os signos da precarização e da privatização. De tal sorte, a ampliação do número de estudantes em Instituições de Ensino Superior pendeu drasticamente para as Instituições Privadas de Ensino Superior e isso não foi diferente com a juventude negra, cuja maioria universitária está nessas Instituições Privadas, conforme apontam os Censos da Educação Superior.

É a juventude negra a principal enredada nas armadilhas dos sistemas de financiamento estudantil e que se lança em cursos precários em instituições de qualidade duvidosa que não proporcionam a mobilidade social acenada.

Diante desse cenário, é preciso transversalizar a luta em defesa da Educação Pública e lutar para a ampliação do ingresso dos negros nas IEES e IFES no Brasil pois, para nós, a defesa das Universidades Públicas passa, também, pelo seu enegrecimento. E isso significa recusar, de fato, o *mito da democracia racial*, e defender a entrada e permanência da juventude negra nas Universidades e Institutos Federais de Ensino Superior brasileiro, em todos os níveis.

A contagiante luta dos estudantes secundaristas em São Paulo nos mostrou o potencial de luta dos estudantes negros contra o projeto de reorganização escolar do Governador Geraldo Alckmin do PSBD. A luta dos secundaristas contou com a solidariedade de amplas parcelas da sociedade e seu caráter racial e popular foi fundamental para a vitória.

Nós, negros, somos a maioria da população brasileira, somos a maioria da classe trabalhadora. Nossa organização nas senzalas para os quilombos gerava pânico entre a classe dominante, e hoje não é diferente. Nós somos aqueles que ao se erguerem erguem junto toda a estrutura social, posto que toda a formação social brasileira foi erigida sobre os nossos ombros. A nossa luta é de **classe**, pois a sociedade é cindida em classes sociais e é de **raça**, pois o capitalismo e o racismo transformaram as diferenças étnicas em desigualdades raciais.

## **TR - 49**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Defender a ampliação das cotas raciais para negros e indígenas nas IEES e IFES e políticas de permanência.
- 2.** Defender a adoção de cotas raciais nos processos seletivos de todos os cursos de pós-graduação das IEES e IFES.

## **TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES**

## **LUTA CONJUNTA PELA APOSENTADORIA INTEGRAL PARA OS NOVOS SERVIDORES FEDERAIS**

### **TEXTO DE APOIO**

A Lei 12.618/2012 sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 30 de abril, criou a **Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP)** para os servidores públicos da União. Esta Lei define que os servidores que ingressarem no funcionalismo público federal a partir dessa data, não mais teriam aposentadoria integral, passando estes a se aposentar pelo teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que em 2015 é de R\$ 4.663,75. Para receber esse benefício, os servidores públicos federais contribuirão com 11%, sobre o valor do teto da previdência. O servidor que quiser se aposentar com um “valor maior” terá que aderir ao “Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos - FUNPRESP” ou a outro fundo de pensão privado. De acordo com as normas sancionadas em 2012, a adesão do servidor ao FUNPRESP seria “opcional” e ao aderir pagaria uma contribuição adicional paritária junto com a União.

Como a adesão dos novos servidores ao **FUNPRESP** não atingiu as metas previstas pelos interessados na Gestão do Fundo (Governo e Bancos Privados), a **Lei 13.183/2015 de 04 de novembro 2015** no Art.4º § 2º tornou automática a inscrição daqueles egressos de órgãos ou entidades de quaisquer dos entes da federação que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal a partir de **04 de fevereiro de 2013**, tendo estes o direito a pedido de cancelamento no prazo de até noventa dias da datada inscrição. Essa adesão “retroativa” e “obrigatória” implica que o servidor terá descontado no seu contracheque uma contribuição adicional para o **FUNPRESP**, até ao máximo de 8,5% sobre o valor do salário que exceder o teto previdenciário, cabendo a União contribuir com a mesma porcentagem.

Ao aderir automaticamente ao FUNPRESP o servidor saberá quanto terá de contribuir em toda sua vida laboral, **mas nenhuma garantia de rentabilidade no futuro é assegurada ao Servidor**. Os servidores federais, que não optarem por uma “pensão complementar”, terão direito apenas a uma aposentadoria no valor do **teto Previdenciário**.

Artigo publicado recentemente pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP) \*\* mostra a política do Governo Federal de reajuste dos valores do salário mínimo e desvalorização do **teto previdenciário**. Os dados demonstram que no período de 11 anos de 2004 a 2015, onde o salário mínimo subiu 228,33%, enquanto o teto da previdência subiu apenas 94,32%.

Desta forma, aquelas pessoas que contribuíram e se aposentaram em 2004 com o teto de 10 salários mínimos, recebendo na época R\$ 2.400,00, em 2015 recebem apenas R\$ 4.663,75 correspondentes a **5,92 salários mínimos (SM)**. Mantida a mesma política de reajuste do salário mínimo e do teto previdenciário, a projeção dos valores para o teto da previdência em 2026 é de 3,5 SM, em 2037 de 2,07 SM, em 2048 de 1,23SM e finalmente em 2058 o teto previdenciário deverá ser equivalente a **0,73 do salário mínimo**.

Mantida essa política de desvalorização do teto previdenciário, mais alguns anos à frente, os Servidores Públicos Federais receberão um teto previdenciário equivalente a aproximadamente 1 (um) salário mínimo, garantido pela Previdência Social. Assim sendo o servidor contribuirá para a Previdência Social durante toda a sua vida laboral para, no final, se aposentar com apenas um salário mínimo.

Diante dos fatos, os novos servidores públicos devem entender o problema que enfrentarão, no futuro, no momento de sua aposentadoria e buscar nos seus Sindicatos e Associações Nacionais

a união, para uma luta conjunta dos Servidores Públicos Federais, pela restauração do direito à **Aposentadoria Integral** para todos os servidores federais.

Certamente esta não será uma luta fácil, mas é uma luta justa e nesse momento não podemos abrir mão de lutarmos por aquilo que é justo e correto. Nós, **Seções Sindicais e ANDES-SN**, não podemos aceitar que nossos colegas não tenham, no futuro, direito a uma aposentadoria digna e com condições financeiras que possam garantir a sua sobrevivência, depois de anos de dedicação ao serviço e à educação pública brasileira.

**\*\* A Previdência Brasileira – Aqui e no Exterior - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP 2015.**

## **TR - 50**

O 35º Congresso do ANDES-SN aprova:

1. Fortalecimento do movimento pela restauração do direito à aposentadoria integral para os servidores públicos federais;
2. Trabalho de ampliação da articulação nacional dos sindicatos e associações de servidores federais;
3. Fortalecimento e ampliação de Fóruns de Entidades, Estaduais e Nacionais em Defesa dos Servidores Públicos Federais;
4. Campanha Nacional de esclarecimento sobre a não existência de déficit na previdência social.
5. Desenvolvimento de ações visando o fortalecimento do movimento pela Auditoria da Dívida Pública.



*Contribuição da Diretoria da ADUFEPE S.Sind.*

## **FORTALECIMENTO DA LUTA PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DOS DOCENTES APOSENTADOS.**

### **TEXTO DE APOIO**

Nos últimos anos os docentes aposentados das IFES, têm sofrido perdas financeiras relevantes, seja em decorrência de manobras criadas pelo governo para subtrair benefícios adquiridos ou através de imposições de contribuições inconstitucionais como o pagamento da contribuição previdenciária após o ato de aposentadoria.

A “reestruturação” da Carreira do Magistério Superior imposta através da Lei 11.344 de 08 de setembro de 2006, introduzindo a categoria de Professor Associado, com 4 classes acima de Professor Adjunto, sem o devido reenquadramento dos aposentados para a posição hierárquica na carreira do magistério, no momento de sua aposentadoria, provocou efeito devastador sobre a remuneração dos docentes aposentados.

Usando o artifício de “reestruturação da carreira” o Governo Federal não só rebaixou o salário dos docentes aposentados como quebrou a isonomia entre ativos e aposentados, com o objetivo específico de atingir de forma desleal os docentes aposentados, que em grande número se aposentaram na classe de professor Adjunto.

A contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, decorrente da emenda constitucional nº 41/2003, de reconhecida inconstitucionalidade, representa uma das mais cruéis e arbitrárias medidas impostas aos servidores públicos aposentados. Para reverter esta parte inaceitável da reforma previdenciária, a **Proposta de Emenda Constitucional nº555/2006**, assinada pelo **deputado** Carlos Mota tramita há quase 10 anos no Congresso Nacional sem sucesso, apesar do apoio recebido dos parlamentares, que ao longo dos anos têm sistematicamente solicitado a inclusão da PEC555 na ordem do dia para votação.

Entendemos que a luta pela reposição das perdas salariais dos docentes aposentados das universidades federais, junta-se a luta dos demais servidores públicos federais pela aprovação da **Emenda Constitucional (PEC 555)** que elimina a indevida cobrança previdenciária dos servidores aposentados e pelo conjunto das medidas em andamento que objetivam retirar direitos dos docentes aposentados.

Considerando a gravidade dos fatos e as ameaças explicitamente colocadas pelo Governo Federal nesse momento, o ANDES-SN necessita intensificar os esforços de mobilização e ações visando restaurar os direitos daqueles que durante a sua vida laboral, construíram os fundamentos que hoje garantem a qualidade das Universidades Federais.

As perdas salariais dos docentes aposentados já devidamente registradas em estudos realizados por membros da Diretoria do ANDES-SN\*, precisam ser objeto de divulgação para comunidade acadêmica ativos e aposentados e para a sociedade em geral e ser levantado enfaticamente nas discussões específicas com os Ministérios da Educação e de Planejamento, com intensa participação dos docentes aposentados nessas discussões.

O 35º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES-SN em **2016** reforça o compromisso dessa instituição com os docentes aposentados e aposentáveis e sua firme posição pelo fortalecimento da luta contra as perdas de direitos dos aposentados, visando a reparação das injustiças cometidas ao longo dos últimos anos, contra os docentes aposentados e aposentáveis das Universidades e Institutos Federais de Educação.

**\*Trabalho apresentado pela Profª Cláudia March da UFF, apresentado no XVIII Encontro Nacional de Seguridade Social e Assunto de Aposentadoria – Recife, 6 a 8 de Novembro 2015**

## **TR - 51**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova:

- 1.** Fortalecimento do trabalho de mobilização pela aprovação da PEC 555/2006 – que isenta os aposentados da contribuição previdenciária - em suas bases estaduais, visando “Acordo das Lideranças Partidárias” que possa garantir a aprovação da PEC555, terminando assim com as injustiças criadas pela reforma previdenciária de 2003.
- 2.** Elaboração de documento de divulgação, demonstrando todas as perdas salariais dos docentes aposentados nos últimos anos.
- 3.** Fortalecimento das discussões com MEC e MPOG visando a recuperação das perdas salariais sofridas pelos docentes aposentados nos últimos anos. Usando os dados de estudos já realizados.
- 4.** Trabalho de fortalecimento dos GTs de Aposentados nas Seções Sindicais visando ampliar a representatividade dos aposentados nas atividades sindicais e no ANDES-SN, mais especificamente no GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria e nas negociações com o Governo.

## **AS ADS ESTADUAIS/MUNICIPAIS E O FUNDO ÚNICO**

### **TEXTO DE APOIO**

O ANDES é um sindicato nacional composto por quatro setores: IFES, IEES, IMES e IPES. A realidade objetiva desses setores é muito distinta. No caso das IFES, o setor é composto por um conjunto de ADs que, mesmo com pautas internas próprias, luta por um plano de carreira e uma política salarial única numa relação com o governo federal. Assim, pode fazer greves nacionais sobre uma mesma reivindicação, possibilitando materiais, iniciativas comuns e apoio financeiro entre as ADs. No nosso caso, das IEES e IMES, ainda que com semelhanças no que toca problemas de autonomia e financiamento, na prática, as lutas salariais, por condições de trabalho e planos de carreira são muito diferentes, e em relação a diferentes governos. Assim, os processos de greve são sempre locais, o que sobrecarrega as ADs que ficam à frente tanto dos processos de mobilização das suas bases como da elaboração da política, das negociações e do financiamento de seus movimentos. Entendemos que o fortalecimento do setor, portanto, necessita de medidas diferenciadas em relação às IFES, fazendo com que, apesar de locais, seus movimentos façam parte da política do sindicato como um todo, tirando assim do isolamento que é imposto pela própria realidade.

### **TR – 52**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que no próximo período será prioridade das regionais a criação, ou fortalecimento onde houver, de fóruns de IEES e IMES em cada Estado;
2. Que nas greves de IEES e IMES o repasse ao sindicato nacional fica suspenso passando a ser depositado em fundo de greve local;
3. Que sempre que reivindicado pela AD em greve, ficará definido um diretor do sindicato para acompanhar assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política;
4. Que o acompanhamento de greves de IEES e IMES fará parte dos informes regulares do Andes para o conjunto das ADs,
5. Que as regionais organizarão nacionalmente campanhas de apoio político e financeiro para greves de IEES e IMES sempre que solicitado pelas ADs em greve.
6. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, sempre que entrarem em greve, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.
7. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, sempre que entrarem em greve, a suspender o repasse da sua contribuição sindical mensal para o ANDES-SN, enquanto permanecerem em greve.
8. A diretoria do ANDES-SN fica autorizada a disponibilizar recursos do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para amortizar a dívida originada pela suspensão do repasse da contribuição sindical mensal para o ANDES-SN referente ao período em que as seções sindicais do setor das IEES/IMES estiverem em greve.



## **RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS: A VISÃO ESTEREOTIPADA DO MEC**

### **TEXTO DE APOIO**

Por muito tempo os docentes do Ensino Básico conviveram com uma carreira cujos vencimentos eram menores do que a carreira do Ensino Superior. Durante esse tempo o ANDES-SN lutou junto com sua base para que a carreira fosse única e os docentes do Ensino Básico tivessem os mesmos direitos, inclusive de seus vencimentos.

A greve de 2012 encerrou com um acordo que não foi assinado pelo ANDES-SN. Em dezembro daquele ano o Governo sanciona a Lei nº 12.772, que dispõe, entre outros fatores, sobre a Carreira do Magistério Superior (de que trata a Lei nº 7.596, de 10/04/87); sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal (de que trata a Lei nº 11.784, de 22/09/2008). Das conquistas obtidas se incluiu a possibilidade de promoção acelerada na carreira do EBTT através do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), proporcionando as condições para dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, características do Ensino Superior, antes ausentes na carreira do Ensino Básico, e que tanto reclamamos.

O RSC traz em sua concepção a ideia de ser um instrumento de valorização dos professores do EBTT e, salutarmente, respeitando as diversas realidades do Brasil. Estes avanços tão importantes para a educação, não foi uma gentileza de nenhum Governo, mas o sucesso das lutas globais dos Docentes do Magistério Superior e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Importante, no entanto, termos cuidado com a manobra do Governo que, no caso em tela, “inverte” a questão: antes desfavorecia o ensino básico frente ao ensino superior, agora propõe o contrário.

Nossa proposta não é negar os avanços obtidos pelo EBTT. Nada disso! Vitória é vitória. O que temos de buscar é a ISONOMIA com a EBTT. Engana-se quem imagina ser, esta inversão, um descuido do Governo ou mesmo o “favorecimento” da EBTT. O que o Governo quer é manter a dicotomia entre ensino básico e ensino superior. Não podemos deixar isso acontecer.

Como todos os ativistas sabem, RSC é uma equivalência com a titulação acadêmica exclusivamente para fins de percepção de Retribuição por Titulação (RT), possibilitando aos docentes graduados receber a RT de Especialista (RSC-I), ao docente com título de Especialista receber a RT de Mestre (RSC-II) e do docente com título de Mestre receber a RT de Doutor (RSC-III), desde que cumpra os requisitos necessários estabelecidos pelos critérios de avaliação de cada instituição. Em nenhuma hipótese o RSC poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para a promoção na Carreira.

No momento em que as duas carreiras deveriam ser apenas uma, a carreira do EBTT supera a do MS financeiramente, fato que impõe uma disputa interna; uma vez que docentes com mesma titulação e de uma mesma IFE (caso a IFE tenha no seu quadro docente as duas carreiras) percebem salários diferentes.

Vejamos a tabela abaixo:

Remuneração de docentes DE - carreiras de MS/EBTT: mar/2015						
Classe	Nível	Graduado	Aperfeiçoado	Especialista	Mestre	Doutor
E	U	6.684,00	7.621,46	8.179,39	10.312,48	17.057,74
D / D4	4	6.454,52	7.194,16	7.690,97	9.743,09	15.464,45
	3	6.342,60	7.049,48	7.540,07	9.482,75	14.855,58
	2	6.232,15	6.915,45	7.392,23	9.230,17	14.317,50
	1	6.222,60	6.788,55	7.254,82	8.992,65	13.914,61
C / D3	4	5.104,69	5.571,06	5.917,57	7.531,08	10.952,19
	3	5.054,15	5.494,12	5.835,17	7.310,83	10.570,66
	2	5.004,11	5.419,17	5.776,77	7.125,47	10.208,36
	1	4.954,56	5.357,54	5.672,17	6.943,90	10.007,24
B / D2	2	4.504,15	4.884,31	5.219,81	6.480,50	9.320,82
	1	4.459,55	4.836,70	5.126,22	6.246,22	9.243,80
A / D1	2	4.054,14	4.428,29	4.714,58	5.816,58	8.818,30
	1	4.014,00	4.366,98	4.630,83	5.615,96	8.639,50

Na tabela acima, as classes A, B, C e D referem-se a Carreira do MS e as classes D1, D2, D3 e D4 referem-se a Carreira do EBTT. Toda classe D/D4 até o título de Mestre só é aplicada à carreira do EBTT, na carreira do MS apenas vale a coluna Doutor, uma vez que um mestre não passa de Adjunto. Por exemplo, um professor com especialização no MS pode chegar a perceber no máximo R\$ 5.917,57 mas, na EBTT com a RSC-II (RT de Mestre) esse mesmo professor vai perceber R\$ 7.690,97. No caso do docente com mestrado, no MS ele perceberá R\$ 7.531,08 (D/Adjunto 4), mas, na EBTT com a RSC-III (RT de Doutor) vai perceber R\$ 9.743,09 (D4/Associado 4), ou seja, R\$ 2.412,01 a mais.

Hoje o processo discriminatório se inverteu. Professores do MS com título diferente do de doutor estão sozinhos nessa luta para conquistar os mesmos direitos da Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Já se passaram três anos sem uma defesa intransigente desse descaso. É hora de abrimos os olhos para o fato de que somente os professores do EBTT terem **Reconhecimento dos Saberes e Competências** enquanto os docentes do MS têm esse reconhecimento negado.

## TR – 53

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela igualdade entre as carreiras do MS e EBTT, com ênfase nas consequências da criação do RSC para os docentes do EBTT.
2. Que nas próximas reuniões com representantes do Governo seja colocado como ponto de pauta a questão da RSC, visando encontrar uma solução imediata para a equiparação salarial das carreiras do MS e EBTT.

## **PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES: PELA AMPLIAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS AOS DOCENTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E AOS DOCENTES APOSENTADOS DE QUAISQUER DAS CARREIRAS DO MAGISTÉRIO FEDERAL**

### **TEXTO DE APOIO**

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), segundo a Lei n. 12.772/2012, está previsto para os docentes ocupantes de cargos da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) como uma equivalência com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção de Retribuição por Titulação (RT), da seguinte forma:

- diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;
- certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado;
- titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

Em decorrência da instituição do RSC, foi criado, no âmbito do MEC, o Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), que, em 20 de fevereiro de 2014 publicou a Resolução n. 1/2014/CPRSC, estabelecendo, assim, “os pressupostos, as diretrizes e os procedimentos para a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos docentes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, por meio de processo avaliativo especial”.

Na mesma resolução, o RSC é conceituado como o “processo de seleção pelo qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no âmbito acadêmico”. Após a regulamentação geral do RSC, diversas IFE que possuem em seu quadro de pessoal professores da Carreira EBTT, caso do Cefet/RJ, deram início à construção de regulamentações internas estabelecendo critérios para a concessão do RSC, que foram posteriormente homologadas pela CPRSC e publicadas pelo MEC. Os critérios gerais, de uma maneira geral, consideram, além da titulação do professor, sua experiência e sua atuação nas atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação, seja na IFE ou em ocupações passadas, em qualquer época, sem limitação de vagas. O processo avaliativo, instruído pela CPPD de cada IFE, é realizado por uma Comissão Especial sorteada de um banco nacional de avaliadores formados pelos pares, sendo, no mínimo 50% dos membros externos.

A breve descrição acima procura apresentar, em linhas gerais, os aspectos conceituais, legais e procedurais envolvidos na concessão do RSC. Do ponto de vista político, cabe lembrar, tal reconhecimento não estava, na época de sua criação, isto é, em 2012, na pauta do Andes-SN, ou mesmo do SINASEFE, tendo sido uma das mudanças que o Governo Federal introduziu na carreira docente à revelia de um diálogo efetivo com as pautas dos sindicatos representativos da categoria docente. Neste sentido, cabe ressaltar que o destaque à ausência do RSC nas pautas sindicais não procura, de maneira alguma, apontar uma suposta deficiência das pautas, uma vez que estas são fruto de intenso trabalho de construção através das assembleias de base, GTs e dos congressos.

---

<sup>1</sup> Aprovado pela 157ª Assembleia Geral Extraordinária da Adcefet-rj, ocorrida em 17/12/2015.

Naquele momento – e, cabe lembrar, ainda hoje –, os docentes federais tinham como ponto de pauta central, no que se refere à carreira, a sua estruturação, apontando para a correção de distorções históricas que prejudicam a todos (ativos e aposentados) e dificultam sobremaneira as negociações salariais, sempre conduzidas pelo governo como discussão de valores desconexos em dezenas de planilhas, enfraquecendo a discussão maior, que deveria envolver a concepção de carreira docente e sua articulação com a instituição pública que se deseja construir/garantir.

Quando da publicação da Resolução n. 1/2014/CPRSC, a diretoria da Adcefet-rj enviou circular para os sindicalizados no Cefet/RJ fazendo algumas considerações para os riscos de se enxergar no RSC a resolução de todos os problemas relativos à carreira, apontando para fatores como a exclusão dos aposentados e dos docentes da Carreira do Magistério Superior, a possibilidade de se usar o RSC para não fomentar a capacitação dos professores da Carreira EBTT em nível de pós-graduação (embora a lei diga expressamente o contrário) e para a possibilidade de, dependendo do contexto institucional, criar-se regulamentações internas restritivas que, na prática inviabilizariam a concessão do RSC. A circular procurava apontar para a necessidade de se garantir um RSC mais amplo, sem, contudo, desmobilizar a base para as lutas mais gerais relativas à defesa da carreira do professor federal.

O discurso do Governo, na proposição de criação do RSC, destacava, sobretudo, a necessidade de se valorizar salarialmente, sobretudo, os docentes que já se encontravam há décadas no magistério e que, por motivos diversos, não completaram a formação em pós-graduação, embora, por experiência e atuação, desenvolvessem tarefas de ensino, pesquisa, extensão e de gestão condizentes com o que se esperava de um docente com titulação maior que a sua.

O que o discurso do governo não contempla, consciente ou inconscientemente, é que a instituição do RSC exclusivamente para os professores da Carreira EBTT representa uma contradição com os argumentos utilizados no próprio discurso, a saber:

1. a quebra de isonomia entre as carreiras do magistério federal – as carreiras do magistério federal são reguladas pelo mesmo instrumento legal (Lei n. 12772/2012) e possuem as mesmas atribuições, isto é, o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão no âmbito das IFE (Art. 2). Além disso, tais carreiras, a não ser por alguns critérios de desenvolvimento (progressão/promoção), possuem outros aspectos que as igualam, como tabelas salariais equivalentes entre níveis e classes. Em instituições como os Cefets e os Institutos Federais, a quebra de isonomia fica ainda mais flagrante por haver professores da Carreira EBTT que conduzem atividades no ensino superior tal como os professores do Magistério Superior nas Universidades, fazendo com que, dependendo da instituição, sejam desenvolvidas as mesmas atividades, nos mesmos tipos de curso, com direitos e salários diferenciados. A mesma quebra de isonomia pode ser observada entre os professores da Carreira EBTT das universidades (lotados nos colégios de aplicação, colégios técnicos, COLUNIs, etc) e seus pares do Magistério Superior da mesma instituição ou, como é o caso do Cefet/RJ, onde há situações de professores de ambas as carreiras no mesmo departamento e colegiado, executando, portanto, as mesmas atividades, mas com salários diferenciados, simplesmente porque o RSC só está previsto para os ocupantes da carreira EBTT.

2. a não valorização de professores da carreira do MS com titulação abaixo do Doutorado nas IFE – o Governo poderia utilizar como argumento que os concursos públicos para o Magistério Superior nas universidades preveem, preferencialmente, a titulação de doutorado. De fato, embora isto seja verdade, o argumento novamente esquece que há, sobretudo nas IFE mais antigas, docentes que, por motivos diversos não obtiveram o seu doutorado e, talvez mais raramente, o mestrado. Se o RSC foi criado, no caso da carreira EBTT, para valorizar os professores nesta situação com comprovada atuação em atividades equivalentes a uma titulação maior que a sua, não concedê-lo aos docentes da carreira MS é uma contradição flagrante e insustentável.

3. a não valorização dos docentes aposentados de quaisquer das carreiras – o RSC, como descrito anteriormente, prevê que não há uma data a partir da qual passam a valer as atividades que integram o processo de avaliação. De fato, a Resolução n. 01/2014/CPRSC, em seu Art. 12,

§6º o , prevê que “na ausência de documentação comprobatória, para o período anterior a 1º de março de 2003, será facultado a apresentação de memorial”. Se docentes da ativa têm esta possibilidade, os docentes aposentados de quaisquer das carreiras também deveriam tê-la, uma vez que certamente contribuíram para a consolidação de diversas IFE e desenvolveram suas atividades quando a formação em pós-graduação era muito mais restrita.

Tendo tais aspectos em vista, que envolvem a quebra de isonomia entre as carreiras e entre ativos e aposentados, assim como a desvalorização de docentes com reconhecido protagonismo nas atividades próprias da carreira, a presente proposta de resolução visa contribuir para uma reflexão do 35º Congresso do ANDES-SN sobre o RSC que permita, ao mesmo tempo, (1) apontar as contradições no discurso governamental referentes às mudanças realizadas na carreira docente em 2012; (2) reverter/reduzir a quebra de isonomia entre as carreiras do magistério federal e entre ativos e aposentados; (3) valorizar salarialmente os docentes com reconhecido protagonismo em atividades condizentes com titulações acima da sua; (4) aumentar a unificação/equivalência entre as carreiras, fortalecendo, assim, a pauta da carreira única e (5) reforçar a necessidade de se instituir de maneira efetiva um Plano Nacional de Capacitação Docente, tendo em vista que o RSC, por limitar a equivalência de titulação ao recebimento da RT, não garante o acesso a recursos concedidos exclusivamente e tipicamente aos com efetiva titulação.

Cabe destacar que o processo de discussão dessas questões no Cefet/RJ nasce da participação de representação da seção sindical no início das discussões sobre a regulamentação interna da avaliação de concessão do RSC e que a proposta de resolução ora apresentada ao Congresso do ANDES-SN é fruto de reivindicação de cerca de 46 (quarenta e seis) docentes da carreira do Magistério Superior lotados no Cefet/RJ, que a levaram até a Adcefet-rj no primeiro semestre de 2015 a partir de mediação da CPPD da instituição e que, após avaliada em reuniões do conselho de representantes, foi submetida à aprovação da assembleia geral para submissão como contribuição da categoria. Cabe destacar, para reforçar a tese, que somente em 2015, segundo registros da própria CPPD do Cefet/RJ (<<https://sites.google.com/site/cppdcefetrj/rsc1/processos>>), foram avaliados cerca de 240 processos de concessão do RSC para os professores EBTT, com perfis de atuação diversos, dentre os quais docentes atuantes nos mesmos colegiados e departamentos de professores do Magistério Superior demandantes do mesmo direito.

## **TR - 54**

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos no texto de apoio, o 35º Congresso do ANDES-SN aprova como item da pauta dos docentes do Setor das IFE, no que diz respeito à carreira:

1. que seja concedido o direito ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os docentes ocupantes da Carreira do Magistério Superior (MS) , tendo em vista a garantia de isonomia com a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), uma vez que ambas as carreiras são regidas pela mesma lei e possuem as mesmas atribuições;
2. que seja garantido o direito ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os docentes aposentados de todas as carreiras do Magistério Federal , tendo em vista garantir os objetivos do próprio RSC, isto é, valorizar salarialmente os professores que atuaram com reconhecido protagonismo em atividades condizentes com titulações superiores às suas e que, por motivos diversos, não puderam concluir todo o ciclo de formações em nível de pós-graduação;
3. que seja instituído para todas as carreiras do Magistério Federal, de maneira efetiva e de acordo com a demanda, um Programa Nacional de Capacitação Docente que vise qualificar, em nível de pós-graduação, os docentes de todas as áreas de conhecimento, tendo em vista que, nos próprios marcos legais vigentes, o RSC não pode ser utilizado como motivo para não capacitar os docentes e que a equivalência à titulação a que ele se propõe está restrita exclusivamente ao recebimento de Retribuição por Titulação.

## SALARIO NOMINAL E GREVE NAS IFES

### TEXTO DE APOIO

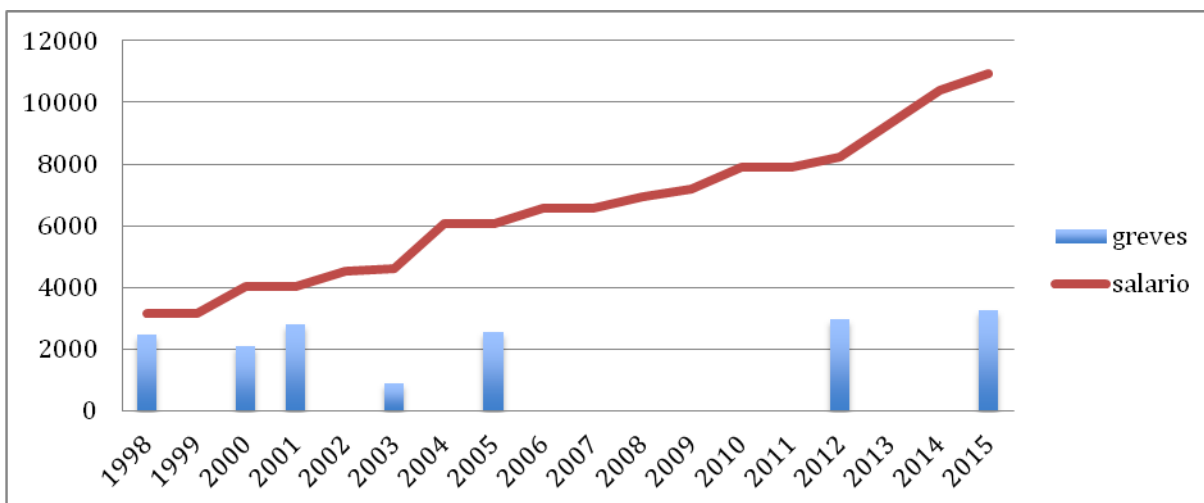
O salário é a condição da reprodução normal da capacidade de trabalho dos assalariados. Quando há inflação o poder de compra dos salários cai comprometendo o nível de consumo alcançado anteriormente, fato que causa estragos na capacidade de trabalho.

De fato, a inflação acumulada durante dois ou três anos faz estragos materiais e morais rapidamente: materiais porque corta o padrão de consumo ao qual tinha se assentado a reprodução da força de trabalho; morais porque a vida se transforma num controle constante e repetitivo de gastos dosados e planejados com cautela para adequar despesas ao salário encolhido.

A categoria dos professores não escapa a essa realidade. Como classe assalariada os professores estão submetidos às mesmas leis que afetam o conjunto dos outros assalariados. Fazem objetivamente parte da mesma classe apesar de muitos deles preferirem não se identificar como tais; apesar de muitos contarem com fontes subsidiárias de rendimentos que lhes garantem um colchão em tempos de vacas magras; apesar de muitas vezes contarem com o aval da própria instituição para angariar “fluxos de caixa” para si próprios. Essas divisões dentro da categoria a enfraquecem como corporação e enfraquecem sua capacidade de luta.

Mas ainda assim predomina entre os professores a lei de que a deterioração dos salários pela inflação termina por lançá-los a luta pela recomposição do seu poder aquisitivo. Isso pode ser visto na tabela abaixo que reúne a evolução dos salários nominais dos professores do ensino superior público federal e a frequência de greves.

Gráfico 1. Salário Nominal e Greves nas Ifes  
1998-2015

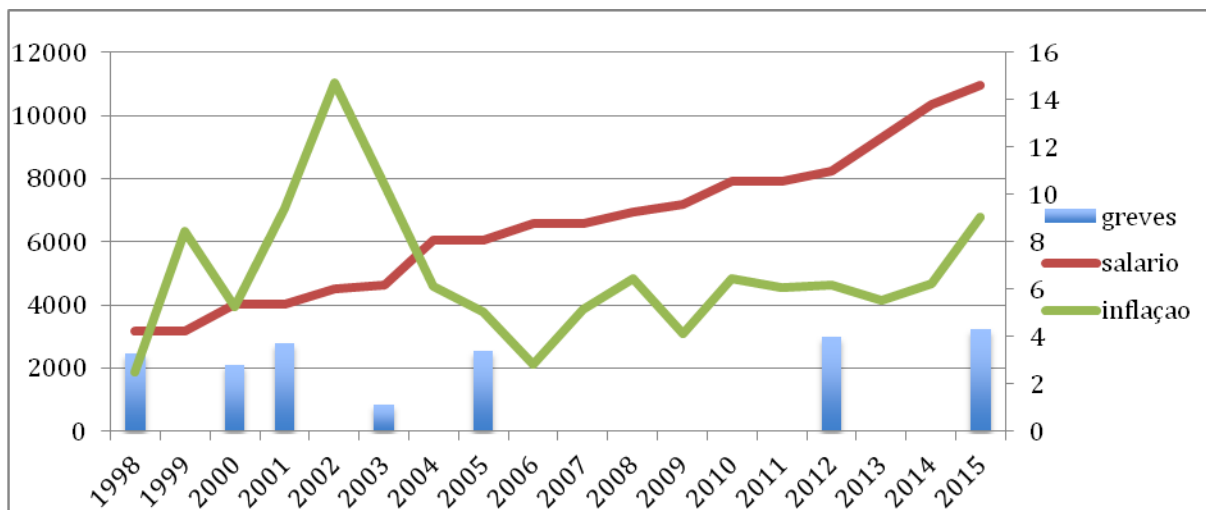


Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, vários números.

O salário nominal é relativo à classe de Professor Adjunto 4 em regime de Dedicção Exclusiva. Durante a vigência da GED tomamos sempre o valor do salário relativo à máxima pontuação possível. O número de dias de greve foi transformado em horas de greve através da multiplicação por 24. Dessa forma as barras relativas às greves se tornam visíveis no gráfico. Por exemplo, uma greve de 100 dias é representada no gráfico por uma coluna de 2400 horas.

Os dados revelam a presença de mobilizações concentradas ao longo dos períodos de estagnação dos salários nominais, mobilizações essas que sugerem colunas de sustentação do nosso poder de compra. De fato, das sete greves observadas no Gráfico 1 quatro delas se situam ao longo de biênios ou triênios de estagnação do salário nominal. É o caso das greves 2001, 2003, 2005 e 2012. Isso deve significar que ao longo desses períodos deve ter havido uma alta de preços capaz de alterar os ânimos dos professores e predispor-los à luta. O gráfico 2 inclui a inflação medida no eixo vertical direito enquanto as colunas das greves e o salário nominal continuam medidos pelo eixo vertical esquerdo.

Gráfico 2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor<sup>2</sup>, Greves e Salário Nominal 1998-2015



Fonte: IBGE, INPC

Como se pode ver os anos de mais intensa atividade reivindicatória são aqueles que apresentam mais altos níveis de inflação média. Pois bem, a inflação começa a crescer de novo como se pode ver na ponta final do gráfico da inflação. Estaremos entrando num ambiente de efervescência reivindicatória novamente? Teria sido a greve de 2015 um ensaio geral da próxima greve?

Seja como for é preciso preparar a luta desde já, pois, a julgar pela experiência passada, ela não deverá durar menos de 100 dias!

<sup>2</sup> A escolha do INPC não é a mais apropriada já que se trata de pesquisa de custo de vida para grupo de renda até 5 salários mínimos. O peso dos gastos de educação (4,42%), por exemplo, so relativamente pequenos quando comparados com os nossos que provavelmente estão na casa dos 10%. Há outras distorções como, por exemplo, o alto peso da alimentação e dos transportes na metodologia de ponderação. No entanto, quando se verifica o IPCA se observa que os níveis variam de forma homogênea.

*Contribuição das/dos professoras/es: Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC), José Vitorio Zago (Adunicamp)*

## **BALANÇO E PERSPECTIVAS: AS TAREFAS QUE ESTÃO COLOCADAS APÓS O DESFECHO DA GREVE DO SETOR DAS FEDERAIS**

### **TEXTO DE APOIO**

#### **Qual o saldo da greve do ANDES em 2015?**

A greve em 2015 se concretizou em uma conjuntura completamente diferente daquela que se apresentava em 2012. Este ano, além da forte crise econômica que gera 10.000 demissões por dia, foi atravessado pela profunda crise política do país.

Foi uma das greves mais duras já enfrentadas pela categoria. Além da indisposição do governo para negociar, e de sua indiferença diante do processo de mobilização e das pautas da categoria, essa greve foi marcada por um forte tom de criminalização do movimento, por meio do uso desproporcional da força para reprimir e intimidar os ativistas.

É preciso reconhecer que o processo de mobilização da categoria em 2015 não conseguiu impor uma derrota ao governo no sentido de garantir o atendimento nem mesmo parcial dos eixos estruturantes da pauta de reivindicação da categoria: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados. Sem dúvida o balanço é de uma derrota econômica.

Contudo, isso não significa que não tivemos vitórias políticas. Mas é preciso entender os limites que estavam postos para compreender os resultados obtidos.

#### **Os limites enfrentados pelo movimento**

Esta greve, diferente das demais, não enfrentou apenas a política do governo do PT de precarização do trabalho docente para viabilizar o processo de expansão e privatização das universidades. Enfrentou toda uma política econômica nacional e internacional de desmonte do estado brasileiro e de corte de direitos como saída para a crise econômica que se instalou no Brasil em 2015, como a aplicada na Grécia e nos demais estados europeus. O principal elemento mobilizador da categoria, por exemplo, durante toda a greve foi o corte de mais de R\$10 bilhões na educação, com gravíssimas consequências para o funcionamento das universidades e institutos federais.

Nesse sentido, não podemos fazer uma avaliação sobre o saldo dessa greve sem levar em consideração a força do inimigo que enfrentamos neste processo. O que estava e ainda continua em questão é a *própria existência das universidades públicas*.

Derrotar o ajuste fiscal é uma tarefa que está muito além do que uma greve dos docentes das IFE pode cumprir. Inclusive, muito além de uma greve de todos os SPFs (o que não ocorreu). Essa é uma tarefa que só será possível com a mais ampla unidade da classe trabalhadora, dos movimentos sindicais e populares, através de uma greve geral que pare, de fato, a produção e os serviços no país.

Por outro lado, uma forte greve do conjunto dos SPFs poderia garantir reposição das perdas salariais, além de outros elementos da pauta. Contudo, não foi o que aconteceu. Durante toda a greve sentimos bem de perto o peso do governismo no movimento. Sob o argumento de um



possível golpe de direita, um setor majoritário dos servidores públicos federais dirigido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil (CTB), assim como entidades estudantis governistas como a União Nacional dos Estudantes (UNE), fizeram a opção de blindar o governo. E continuam blindando.

Essas entidades atuaram como um freio na luta do funcionalismo público federal. Isso ficou mais evidente no caso da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF) mas também se manifestou nas enormes resistências encontradas na greve do Andes e de outras categorias dos SPFs.

Reservadas suas diferenças, lamentamos que parte importante das correntes do PSOL também optaram pela blindagem do governo Dilma-PT. Apesar de defenderem o enfrentamento contra a política econômica do governo federal, localizavam o peso da responsabilidade desta política nos ministros, especialmente em Joaquim Levy, do Ministério da Fazenda, quando a principal responsável pelos ajustes fiscais é a presidenta Dilma (PT). A maior expressão dessa política foi a participação na Frente pelas reformas populares, à qual se retiraram em seguida, mas, logo a seguir, junto com MTST, intersindical e as organizações governistas como CUT, CTB, UNE, MST, PT, PCdoB e outras, vieram compor a Frente do Povo Sem Medo, que nada mais é do que a reedição da frente anterior, cujos objetivos centrais são lutar contra um pseudo “golpe da direita” e proteger o governo de Dilma Rousseff. Isso jogou essas correntes algumas vezes numa postura de enfrentamento contra o governo e outras vezes em sua defesa, apesar do tom “crítico”.

No interior de nossas categorias também não foi diferente. A partir do dia 28 de maio, assembleias de deflagração de greve de Norte a Sul do país bateram recordes de participação de docentes. Essas assembleias gigantescas expressaram um forte peso do governismo e dos setores conservadores das universidades, mobilizados para blindar o governo e votar contra a greve. Apesar desta movimentação não ter conseguido impedir a deflagração da greve nacional, fez com que o movimento paredista iniciasse frágil, com apenas 18 seções sindicais em greve.

Assim, no ano de 2015 nossa greve enfrentou dois limites concretos: por um lado o peso do receituário imperialista internacional para enfrentar a crise no Brasil e por outro lado a opção deliberada do governismo e de correntes de esquerda pela defesa do governo contra um possível golpe de “direita”, opção esta que não permitiu o acúmulo de forças necessário para enfrentar o governo Dilma e sua política de ataque aos direitos dos trabalhadores.

### **Algumas vitórias importantes da greve de 2015**

Apesar dos limites apresentados e do não avanço no sentido do atendimento dos principais pontos de nossa pauta de reivindicação, não se pode perder de vista que tivemos algumas vitórias. Cumprimos um papel muito importante que, por si só, justifica a necessidade desta greve: **a denúncia da política privatista do governo Dilma de desmonte da educação pública.**

Mesmo jogando todo seu peso, o governismo não conseguiu impedir o início da greve que, após um início frágil, depois de um mês já envolvia 37 seções do ANDES, chegando a seu ponto máximo com 50 seções em greve.

A construção de uma Campanha Salarial Unificada por meio do Fórum dos Servidores Públicos Federais também foi um acerto importante da categoria, pois fortaleceu a unidade entre as entidades do funcionalismo federal. O governo (e o governismo no movimento) tentaram de todas as formas desarticular o Fórum, por identificar que esse era o ponto central de fortalecimento e resistência dos SPFs. Nosso sindicato teve fundamental importância nesse aspecto, sendo um dos principais articuladores do Fórum, e sustentando a unidade entre as diversas categorias.

Foi a movimentação unificada dos servidores federais que forçou o governo inicialmente a apresentar uma primeira proposta (ainda que muito ruim) de reajuste salarial parcelado em 4 anos e revisão dos benefícios segundo a inflação acumulada no período de 2010 a 2015, pois no

início da campanha salarial, nas mesas de negociação no MPOG, o governo declarava que sua disposição era reduzir a relação folha x PIB. Posteriormente, a unidade dos servidores federais foi também fundamental para que essa proposta de reajuste em 4 anos fosse derrotada.

Apesar de não avançarmos no atendimento às pautas de nossa categoria, tivemos algumas vitórias políticas importantes que precisam ser apontadas para um balanço completo: o fortalecimento do Fórum dos SPFs, a ampla denúncia da política privatista do governo e da oposição de direita de desmonte da Educação Federal e o chamado à luta unitária contra a política de ajuste do governo.

### **Sobre a saída da greve**

A discussão sobre a saída de uma greve nunca é um debate fácil, principalmente se ela não tiver feito pressão suficiente para avançar no atendimento da pauta. As greves se encerram por dois motivos: ou pelo atendimento da pauta de reivindicações, ou pela impossibilidade de avanço diante da correlação de forças. Mas é difícil chegarmos a um entendimento consensual sobre esses pontos pois, na grande maioria das lutas, fica o sentimento de parte da categoria de que era possível avançar mais e/ou resistir mais.

A decisão da categoria de suspender o movimento paredista no início do mês de outubro foi uma decisão correta e que fortalece a categoria de conjunto. O quadro da greve a cada dia ficava mais crítico, pois a mesma já se prolongava por mais de quatro meses e a negociação pouco havia avançado. O governo se mostrava intransigente na defesa de sua proposta e boa parte das entidades dos SPFs em greve já havia deliberado pela assinatura do acordo proposto pelo governo e apontava para a saída da greve.

A unidade que garantiu a derrota da proposta de reajuste parcelada em 4 anos apresentada pelo governo agora estava desmontada. As categorias do funcionalismo federal já estavam negociando com o governo separadamente em mesas setoriais, mas todas dentro da proposta do governo de 10,8% em 2 anos. CONDSEF, Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) já haviam aceitado o acordo do governo, sendo que a última já havia saído da greve em quase todo o país.

Sem falar que estava ficando insustentável manter a greve nas assembleias de base, pois o governismo tinha voltado a ocupar as assembleias como fez no início da greve, a cada semana mais e mais seções saíam da greve de forma fragmentada. No final do mês de setembro havia ainda 43 seções do ANDES-SN em greve, mas com forte pressão na base pelo fim do movimento.

O governo não apresentou uma proposta concreta para o Andes-SN no fim da greve. No entanto, as assembleias discutiram nos marcos de uma possível proposta semelhante às demais categorias (10,8% em dois anos). Apesar dessa proposta não atender à pauta de reivindicação da categoria e ser extremamente rebaixada, avaliamos que deveríamos ter assinado o acordo, como fizeram todas as demais categorias dos SPFs. A assinatura do acordo representava o que a correlação de forças permitia alcançar naquele momento. Discordamos da postura da direção do Andes-SN nesse ponto. A direção não se enfrentou com os setores valorosos mas com pouca experiência de movimento, que defendiam a não-assinatura do acordo nas assembleias. Isto é, *não explicou a diferença entre assinar o acordo e aceitar a proposta do governo*. E só agiu assim pois tinha certeza que o Proifef assinaria o acordo, então não havia riscos de se repetir o que houve com a Polícia Federal em 2012, que ao se recusar a assinar o acordo, ficou sem reajuste nenhum. Em nosso ver, isso é um equívoco que acaba dando legitimidade aos golpistas do Proifef, e não o contrário.

Agora, alguns meses depois do fim da greve, o governo apresentou, enfim uma proposta ao Andes-SN e ao Proifef. Embora, no essencial, a proposta fosse a mesma, em alguns pontos *há avanços que são conquistas da luta* e não podem ser desconsiderados no balanço, no marco geral de uma derrota econômica do movimento: progressão para *associados* dos docentes que se aposentaram como *adjuntos*, pois à época este era o último nível da carreira; uma melhor

estruturação da carreira, ainda que não seja o que defendemos, e a garantia dos professores dos Institutos de não terem que bater ponto. Mais uma vez a direção do Andes-SN defendeu a não assinatura do acordo, o que de fato ocorreu.

Alguns companheiros alegam que, se assinássemos o acordo, ficaríamos amarrados por dois anos, sem poder ir novamente à greve, pois a mesma seria decretada ilegal. Embora sejamos totalmente contrários a acordos plurianuais, há de se convir que é (no mínimo) altamente improvável uma nova greve dos docentes em 2016. Além disso, é bom lembrar que Fasubra e Sinasefe assinaram acordos tri-anuais em 2012 e fizeram greve em 2014, sem que a mesma fosse declarada ilegal. Ou seja, assinar não nos amarraria em nada.

De qualquer forma, agora, além de continuar na luta contra os cortes, é necessário exigir do governo o cumprimento das cláusulas progressivas do acordo, apesar de não termos assinado o mesmo.

## **TR - 56**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o Andes-SN exija o rigoroso cumprimento de todos os pontos que consideramos progressivos na proposta enviada pelo governo ao Congresso (PL 4251/2015), sem deixar, nem por um momento, de denunciar implacavelmente o desmonte da educação pública pelo governo Dilma e as perdas salariais da categoria e nem de continuar lutando pelo projeto de carreira do Andes-SN.

### **TEXTO 57**

*Contribuição das(os) professoras(es) Zuleide Fernandes Queiroz (SINDURCA), Raquel Dias Araujo (SINDUECE), Francisco Augusto Nobre (SINDURCA), Emerson Duarte Monte (SINDUEPA).*

## **AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR: SUCATEAMENTO E RESISTENCIA DAS IEES DO CEARÁ**

### **TEXTO DE APOIO**

Nos últimos anos assistimos a diversas lutas no setor das IES estaduais no Brasil<sup>3</sup> com destaque em:

Em Roraima, a greve da UERR se deu por reajuste salarial e a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR), melhorias na estrutura física, bibliotecas e laboratórios e a democratização da instituição, com eleições para reitor e diretores de campus. Dentre as vitórias do movimento grevista, destacou-se a criação de uma comissão para elaborar uma proposta de PCCR;

Na Paraíba, os professores realizaram greve contra a precarização do trabalho docente, a criação de um conselho social para descentralizar o poder financeiro da reitoria, regulamentação imediata dos reajustes salariais concedidos aos ativos por resolução do Consuni para assegurar paridade aos aposentados, revisão da lei de autonomia para garantir a consolidação da universidade e a melhoria do ensino, pesquisa e da extensão, entre outros.

Na UNESP, docentes, estudantes e técnicos realizaram uma greve reivindicando isonomia de pisos, salários e benefícios entre a UNESP e as demais universidades paulistas, avaliação

---

<sup>3</sup> De acordo com o informativo oficial do ANDES – SN, Informandes.

docente institucional, departamental, sem caráter punitivo e relacionado ao tripé ensino, pesquisa e extensão, entre outros pontos de pauta.

Mobilizações dos docentes no Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo (USP, FAMEMA e UNICAMP), Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Algumas já sinalizam a possibilidade de construir um movimento grevista para o início de 2014, como as estaduais da Bahia e do Paraná.

Em 2015, não podemos deixar de registrar a forma covarde como o Governo do Paraná tratou a comunidade acadêmica das universidades estaduais, com requinte de crueldade, comparado aos tempos de ditadura militar!

Ainda nesse ano, foi deflagrada a greve na UEPA, em que docentes e estudantes compuseram o Movimento SOS UEPA. A pauta central foi o corte de verbas para a manutenção da estrutura dos 5 campi da capital e dos 15 campi do interior, assim como a finalização de um conjunto de obras de infraestrutura que se encontravam paralisadas.

O Movimento SOS UEPA foi vitorioso em suas principais pautas, negociadas com Governo do Estado e Reitoria. Contudo, poucos compromissos firmados com o governo do PSDB foram cumpridos, o que demonstra a lógica de governar, assim como em São Paulo e no Paraná.

No Ceará, docentes, estudantes e técnico-administrativos iniciaram em outubro de 2013 uma greve contra a política de sucateamento imposta às três estaduais, UECE, UVA e URCA, reivindicando a realização de concurso para professores efetivos, regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), equiparação dos salários de professores efetivos e substitutos, investimento em infraestrutura, concurso para servidores administrativos e assistência estudantil, além de exigir do governo estadual o respeito à autonomia universitária no tocante à eleição para reitores.

Esta luta se deveu a situação de sucateamento vivida pelas IES estaduais e a nítida política de expansão da educação superior via educação a distância e ao apoio recebido das IES privada, via política dos Governos Lula e Dilma, de crescimento de vagas com os Programas como PROUNI e FIES.

Dados do INEP e do Instituto de Pesquisa do Ceará – IPECE<sup>4</sup> apresentam como foi se dando esta política. No ano de 2005, o número de Instituições de Ensino Superior - IES no Brasil totalizava 2.165 IES. O Estado do Ceará ocupava a 13ª colocação dentre os estados nordestinos. De acordo com o IPECE, neste mesmo ano o número de Instituições de Ensino Superior no Estado do Ceará era de 47 sendo 6 públicas (3 federais e 3 estaduais) e 41 privadas (8 particulares e 33 comum/conf/filant). Isso significa que, nesse ano, o setor público participava com cerca de 12% do total das IES cearenses. Três anos mais tarde, em 2008, esse número cresceu para 52, sendo 5 públicas (2 federais e 3 estaduais) e 47 privadas (37 particulares e 10 comum/conf/filant). Este dado nos permite observar que o crescimento se deveu ao aumento do número de IES privadas, enquanto a participação do setor público no número de IES cearenses, apresentou uma tendência de queda entre os dois anos observados.

Em 2005, das 47 instituições de educação superior 32 se concentravam em Fortaleza, 4 em Juazeiro do Norte e 3 em Sobral. No ano de 2008, das 52 instituições de educação superior 32 se concentravam em Fortaleza, 6 em Juazeiro do Norte e 5 em Sobral, registrando aqui a criação da UFCA, em 2012, em Juazeiro do Norte;

Número de Curso por dependência administrativa - Ceará – 2005 foi: ESTADUAL 80, FEDERAL 75, PARTICULAR 119, COMUN/CONFES/FILANT 52, totalizando 326. Em 2008

---

<sup>4</sup> BRASIL/INEP. **Dados da Educação Superior no Brasil**. Brasília: DF: INEP, 2012.

CEARÁ/IPECE. Projeção da população municipal por faixa etária e o cálculo da taxa de escolarização. **Nota técnica No. 21**. Fortaleza, abril de 2006.

\_\_\_\_\_. Características dos alunos e fatores de desempenho escolar nas escolas públicas do Estado do Ceará. **Nota técnica No. 45**. Fortaleza, setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Texto para discussão – Mapa da Educação Superior no Ceará – 2005 a 2008. **Nota técnica No. 84**. Fortaleza, setembro de 2010.

estes números foram: ESTADUAL 93, FEDERAL 99, PARTICULAR 175 e COMUN/CONFES/FILANT 78, totalizando 445. Aqui observamos que o crescimento dos Cursos em IES Privadas para 82 e nas públicas 37 cursos, não podendo esquecer aqui os Cursos a distância e os programas especiais.

O total de vagas ofertadas pelas IES cearenses, 10.846 vagas eram das IES públicas e 28.115 eram das IES privadas. Isso revela que, no ano 2005, a maior parte das vagas no ensino superior cearense eram ofertadas pelas IES privadas acompanhando o ocorrido para o Brasil e para a região Nordeste como um todo. Em 2008, das 51.145 vagas oferecidas 35.255 foram por instituições privadas e apenas 15.890 pelas instituições públicas. Isso mostra que apesar do aumento do número de vagas ofertadas pelo setor público, este tem diminuído sua participação na oferta do número de vagas nas IES cearenses, graças ao expressivo crescimento do número de vagas ofertadas pelas IES privadas.

Quando observamos estes números queremos denunciar o baixo investimento do governo estadual e federal na ampliação da educação superior pública aliada ao sucateamento das IES estaduais

No que diz respeito a contratação de Docentes, no ano de 2005, o número total de docentes nas IES brasileiras era de 305.960, sendo que 34,0% estavam nas IES públicas e 66,0% nas IES privadas. A região Nordeste aparecia com 53.636 docentes, sendo que 51,2% nas IES públicas e 48,8% nas IES privadas. Enquanto isso, o Ceará aparecia com 6.797 docentes, 52,6% nas IES públicas e 47,4% nas IES privadas. Vale salientar que o estado do Ceará possuía 2,2% do total de docentes das IES brasileiras e 12,7% do total de docentes das IES da região Nordeste.

No Ceará este número era de 16.413 docentes, sendo 52,3% nas IES públicas e 47,7% nas IES privadas. Vale salientar que o estado do Ceará possuía 2,5% do total de docentes das IES brasileiras e 13,0% do total de docentes das IES da região Nordeste. No que diz respeito a qualificação docente no Ceará, em 2005, o total de docentes nas instituições era de 6.797. O município de Fortaleza concentrava a maior parte desses docentes com uma participação de 81,3% desse total. Em 2008, o número de docentes presentes nas IES cearenses cresceu 141,5%, quando comparado ao ano de 2005, passando para 16.413 professores. Vale salientar que a capital do estado passou a concentrar 77,4% desse total.

Vale destacar também que a capital do Estado do Ceará ainda apresentava uma forte concentração de docentes com títulos de mestrado e de doutorado no ano de 2008. A participação dos professores com título de mestre era de 77,2% e a dos professores com título de doutorado era de 89,2% do total.

Em 2014 e 2015 diante do aumento cada vez mais rápido desta política desenfreada de sucateamento, as universidades estaduais reunidas no Forum das Três partiram para uma luta mais ostensiva e retomaram a greve com toda força durante a gestão do Governo Cid Gomes. Atravessamos as eleições governamentais deste período em greve, com ocupação a Assembleia Legislativa do Ceará, ocupação de reitorias, piquetes e mesas de negociação.

Em janeiro de 2015, com novo governador do PT apoiado pelo governo anterior o movimento conseguiu arrancar do governador eleito Camilo Santana uma proposta de negociação para a retomada das atividades acadêmicas. O movimento aceitou a proposta emergencial e a participação de mesa de negociação para calendarizar os encaminhamentos das agendas específicas de cada IES. Mas durante todo o ano assistimos ao encaminhamento de migalhas da agenda negociada. Na verdade até o final de 2015 nenhum professor novo foi contratado, a não ser os aprovados em um concurso de 2010, a partir de ação judicial.

Sem a chegada dos professores através de concurso público para efetivo, com atrasos nos pagamentos das bolsas dos estudantes, sem a realização do concurso público para técnico – administrativo, sem a implantação do PCCV dos técnico – administrativos, única categoria sem Plano no estado do Ceará e com o drástico corte no orçamento das três universidades o movimento retornou seu lugar para exigir o cumprimento da agenda.

Hoje a URCA retomou a greve sem condições de funcionar por falta de professores para o semestre 2015.2 e pelo total sucateamento da infraestrutura e congelamento das ascensões e progressões dos docentes. E mais ainda, em função da aprovação do orçamento das universidades com valor inferior aos recursos aprovados para propaganda governamental.

Diante deste quadro consideramos importante que durante o Congresso do ANDES – SN os docentes presentes pautem a situação vividas pelas IES públicas estaduais em greve, bem como as que em estado de greve. Temos que ter em mente a necessidade de uma paralisação unificada das IES públicas de todo o Brasil.

## **TR - 57**

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Realizar um Dia Nacional de Luta contra a precarização e o sucateamento das IEES do Brasil com o objetivo de unificar as lutas e as greves em curso, no primeiro semestre de 2016.

## **TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS**

## **ACRÉSCIMO AO TR 38 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL**

### **TR – 38**

O 35º Congresso do ANDES-SN delibera:

#### **1 – CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL**

**1.2** Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes em Educação a Distância do Rio de Janeiro – ADOPEAD/RJ Seção Sindical do ANDES-SN.

**1.3** Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – SINDIFSULDEMINAS Seção Sindical do ANDES-SN.

**1.4** Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – SINDUNILAB - SSind do ANDES-SN.

#### **2 – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS**

**2.3** Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a aprovação das alterações no Regimento da Associação dos Docentes do Complexo FAMEMA - ADFMM Seção Sindical do ANDES-SN.